Desafios Jurídicos da Inteligência Artificial: Impactos sobre os Direitos Fundamentais

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Jesus Junior Francisco Campos

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

A crescente inserção da inteligência artificial (IA) em diversos setores da sociedade tem transformado radicalmente as relações humanas, econômicas e jurídicas. Embora a IA represente um avanço significativo na inovação tecnológica, ela também levanta uma série de desafios legais e éticos, sobretudo no que se refere à proteção dos direitos fundamentais. Questões como privacidade, discriminação algorítmica, transparência nas decisões automatizadas e a responsabilização por danos causados por sistemas autônomos têm sido amplamente discutidas na doutrina e no meio jurídico. Diante desse panorama, torna-se fundamental analisar como o ordenamento jurídico pode acompanhar tais inovações sem comprometer os princípios constitucionais e os direitos essenciais do cidadão.

Objetivo

Analisar os principais desafios jurídicos decorrentes da aplicação da inteligência artificial, com ênfase na proteção dos direitos fundamentais e na necessidade de regulação eficaz.

Material e Métodos

A pesquisa foi desenvolvida com base em metodologia qualitativa, de natureza exploratória e bibliográfica. Foram utilizados livros, artigos acadêmicos, legislações nacionais e internacionais, além de relatórios institucionais sobre inteligência artificial. O estudo se apoiou em marcos teóricos do direito constitucional, direito digital e teoria da responsabilidade civil, buscando compreender a interface entre inovação tecnológica e o arcabouço jurídico vigente. O método comparativo também foi aplicado para examinar modelos de regulação adotados em diferentes países, com destaque para a União Europeia e suas recentes iniciativas normativas sobre IA.

Resultados e Discussão

A análise revelou que a ausência de normatização específica sobre a IA em muitos ordenamentos jurídicos cria lacunas que comprometem a proteção efetiva dos direitos fundamentais. A autonomia das máquinas, ainda que relativa, desafia os conceitos tradicionais de responsabilidade jurídica, exigindo novas abordagens legais. Verificou-se que há um risco real de violação da privacidade, tratamento discriminatório e opacidade em decisões automatizadas, especialmente quando os sistemas não são auditáveis ou compreensíveis. Por outro lado,

modelos regulatórios como o proposto pela União Europeia (AI Act) apontam caminhos promissores, ao classificar riscos e estabelecer deveres de transparência e responsabilidade. A discussão evidencia que é possível compatibilizar inovação e direitos, desde que haja uma atuação normativa proativa e ética.

Conclusão

Conclui-se que o avanço da inteligência artificial impõe ao direito o desafio de se adaptar para garantir a preservação dos direitos fundamentais. A criação de um marco regulatório claro, ético e baseado na proteção da dignidade humana é essencial para que a inovação tecnológica ocorra de forma segura e inclusiva.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
UNIÃO EUROPEIA. Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece regras harmonizadas em matéria de inteligência artificial (AI Act), 2021.
CALO, Ryan. Artificial Intelligence Policy: A Primer and Roadmap. University of California Davis Law Review, v. 51, n. 2, 2018.
MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2021.